JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2023.02.01 06:51:26 -03'00'

Diário do Acionista

ANO VII • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Quarta-feira, 1º de fevereiro de 2023 • Nº 1492 • R$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

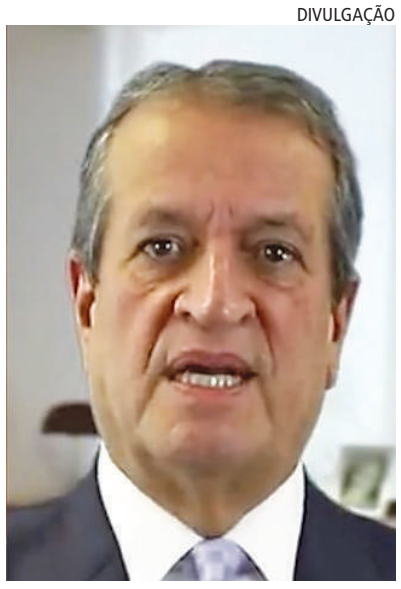
CAGED

Dezembro tem saldo negativo de empregos

O Brasil fechou o mês de dezembro do ano passado com saldo negativo de 431.011 empregos formais (com carteira assinada), segundo balanço do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged) apresentado ontem pelo Ministério do Trabalho e Emprego. O saldo do mês passado foi resultado de 1.382.923 milhões de contratações e 1.813.934 desligamentos. Já o estoque total de trabalhadores celetistas recuou 1% em dezembro, contabilizando 42.716.337. No acumulado do ano, houve saldo de 2.037.982 empregos, decorrente de 22.648.395 admissões e de 20.610.413 desligamentos. Na média nacional, os salários iniciais pagos a quem foi admitido em um novo emprego em dezembro também diminuiu, ficando em R$ 1.915,16. Comparado ao mês anterior, houve queda real de R$ 17,90 no salário médio de admissão. PÁGINA 2

MINUTA DO GOLPE

DIVULGAÇÃO



Moraes dá prazo para que PF ouça Valdemar

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes determinou que a Polícia Federal ouça o presidente do Partido Liberal (PL), Valdemar Costa Neto (**foto**), a respeito de declarações que ele teria dado sobre minutas de documentos com teor golpista. O prazo para o interrogatório é de, no máximo, cinco dias. Em declarações, ao comentar a minuta de golpe apreendida na casa do ex-ministro da Justiça Anderson Torres, Valdemar disse que propostas com teor similar circulavam entre interlocutores do governo Bolsonaro, e que ele próprio teria recebido documentos desse tipo, mas que os teria destruído. No despacho, Moraes cita que "As afirmações de Valdemar, ao dizer que teve consigo minutas semelhantes, de caráter manifestamente ilegal e inconstitucional, devem ser esclarecidas no contexto mais amplo desta investigação, notadamente no que diz respeito à adesão, por terceiros, de eventual intenção golpista.

MASSACRE YANOMAMI

TCU arquivou investigação e ignorou pedido de auditoria

O TCU (Tribunal de Contas da União) deixou em banho-maria por mais de um ano uma proposta feita por um ministro da corte e aprovada em plenário para fiscalizar a assistência oferecida pelo governo federal aos yanomamis. O pedido havia sido enviado pelo ministro Vital do Rêgo, no dia 24 de novembro de 2021, à então presidente do TCU, Ana Arraes, aos demais ministros e à procuradora-geral de Contas, Cristina Machado. A solicitação, no entanto, ficou parada até o último dia 25 de janeiro, quando a presidência da corte determinou a abertura imediata da auditoria, em parceria com a Controladoria-Geral da União. Em 2021, Vital do Rêgo sugeriu ao tribunal que fizesse uma auditoria nas questões relacionadas à saúde e à segurança alimentar dos yanomamis e a incluísse no escopo de uma fiscalização sobre a extração ilegal de recursos. PÁGINA 3

Lula: 'desgraceira' o levou a assinar decreto

MARCELO CASAL/JR

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) (**foto**) afirmou ontem que a situação de "desgraceira" vivida por indígenas o levou a assinar um decreto que determina a retirada de garimpeiros da Terra Indígena Yanomami. Em seu discurso, Lula citou sua viagem a Boa Vista ao lado da ministra dos Povos Indígenas, Sônia Guajajara, no dia 21. "O fato de ela ser ministra e o fato de a gente ter visitado lá em Roraima, uma terra yanomami, de ver a desgraceira que está acontecendo com aquele povo abandonado, fez com que ontem nós assinássemos um decreto para definitivamente tirarmos os garimpeiros das terras indígenas deste país", disse. A declaração foi dada durante cerimônia no Palácio do Planalto para assinaturas de decretos que criam o Conselho de Participação Social e o Sistema de Participação Social Interministerial. PÁGINA 3

PAGANDO O PATO

Americanas começa a demitir funcionários

PÁGINA 2

No SUS

GOVERNO DE SÃO PAULO

Tarcísio sanciona lei que permite distribuir cannabis medicinal

O governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) (**foto**) sancionou na tarde desta terça-feira a lei que prevê a distribuição de produtos à base de canabidiol (CBD), substância derivada da Cannabis, no SUS (Sistema Único de Saúde) em São Paulo. A lei foi aprovada na Alesp (Assembleia Legislativa de São Paulo) em dezembro de 2022, após três anos de tramitação do projeto. Após a aprovação, um abaixo-assinado com 40 mil assinaturas e uma carta da OAB-SP em defesa da proposta pressionaram pela sanção. PÁGINA 3

INDICADORES

IBOVESPA: 1,03% / 113.430,54 / 1.157,53 / Volume: R$ 25.464.304.169 / Negócios: 3.994.492

Maiores Altas

	Preço	%	Oscil.
COGNA ON ON NM	2.38	+10.19	+0.22
HAPVIDA ON NM	5.15	+9.57	+0.45
YDUQS PART ON NM	10.33	+7.16	+0.69
DEXCO ON NM	7.54	+6.95	+0.49
PETZ ON NM	7.24	+6.63	+0.45

Maiores Baixas

	Preço	%	Oscil.
ASSAI ON NM	19.650	–5.44	–1.130
JBS ON NM	20.08	–3.97	–0.83
KLABIN S/A UNT N2	19.34	–1.78	–0.35
MINERVA ON NM	13.99	–1.62	–0.23
RAIADROGASILON NM	24.83	–1.59	–0.40

Mais Negociadas

	Preço	%	Oscil.
VALE ON NM	94.51	–0.49	–0.47
PETROBRAS PN N2	26.07	+1.24	+0.32
ITAUUNIBANCOPN N1	25.33	+1.56	+0.39
BRASIL ON NM	40.70	–0.27	–0.11
ASSAI ON NM	19.650	–5.44	–1.130

Bolsas no mundo

	Fechamento	%
Dow Jones	34.086,04	+1,09
NASDAQ Composite	11.584,551	+1,67
Euro STOXX 50	4.164,79	+0,13
CAC 40	7.075,09	-0,10
FTSE 100	7.771,7	-0,17
DAX 30	15.128,27	+0,01

Salário mínimo	R$ 1.302,00	IGP-M	0,21% (jan.)	EURO turismo	
Ufir	R$ 3,7053	IPCA 5	0,55% (jan.)	Compra: 5,5701	Venda: 5,7501
Taxa Selic		CDI		DÓLAR Ptax - BC	
(07/12)	13,75%	1,12	até o dia 31/jan.	Compra: 5,0987	Venda: 5,0993
Poupança 3		OURO		DÓLAR comercial	
1º/02)	0,71%	BM&F/grama	R$ 310,20	Compra: 5,0727	Venda: 5,0732
TR (prefixada)		EURO Comercial		DÓLAR turismo	
(jan./23)	0,2081%	Compra: 5,5111	Venda: 5,5117	Compra: 5,0951	Venda: 5,2751

Economia

MERCADOS

Bovespa fecha janeiro com alta de 3,6%; dólar fica abaixo dos R$ 5,10

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) se manteve acima dos 113,2 mil pontos durante toda a terça-feira e fechou em alta de 1,03%. O Ibovespa (Índice Bovespa) encerrou a sessão aos 113.430 pontos, recuperando parte da queda de 1,63% registrada na última sexta-feira e fechando janeiro com acumulado de 3,6%.

O dólar comercial à vista fechou em queda de 0,75% ante o real, para R$ 5,075, após dados mostrarem a desaceleração dos custos trabalhistas nos Estados Unidos. A notícia reforça a expectativa de que o ritmo de alta de juros por lá diminua.

Em janeiro, a moeda americana acumulou queda de 3,82%, após dois meses seguidos de alta. A valorização do real no período reflete a reabertura da China, que tornou moedas de emergentes mais atrativas, e os juros mais altos pagos pelo Brasil do que pelos países desenvolvidos.

Os juros também fecharam em queda. Os contratos para 2024 saíram de 13,55% ao ano para 13,54%. No vencimento para 2025, a taxa passou de 12,87% para 12,84%. Para 2027, os juros cederam de 12,85% para 12,83%.

Nesta quarta (1º), o Banco Central do Brasil e o Federal Reserve (BC dos Estados Unidos) divulgam as suas decisões sobre as taxas de juros. Às vésperas da primeira "superquarta" deste ano, o mercado segue atento a dados econômicos que possam impactar nas expectativas de inflação e taxas de juros.

Nos EUA, especialistas apostam em alta de 0,25 ponto percentual na taxa de juros para controlar a inflação. O S&P 500 subiu 1,46%, para 4.076,60 pontos. O índice de tecnologia Nasdaq subiu 1,68%, para 11.584,55 pontos. O Dow Jones avançou 1,09%, para 34.086,04 pontos.

CAGED

Dezembro fecha com saldo negativo de 431.011 empregos

LUCIANO NASCIMENTO/ABRASIL

O Brasil fechou o mês de dezembro do ano passado com saldo negativo de 431.011 empregos formais (com carteira assinada), segundo balanço do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged) apresentado ontem pelo Ministério do Trabalho e Emprego. O saldo do mês passado foi resultado de 1.382.923 milhões de contratações e 1.813.934 desligamentos.

Já o estoque total de trabalhadores celetistas recuou 1% em dezembro, contabilizando 42.716.337. No acumulado do ano, houve saldo de 2.037.982 empregos, decorrente de 22.648.395 admissões e de 20.610.413 desligamentos.

Na média nacional, os salários iniciais pagos a quem foi admitido em um novo emprego em dezembro também diminuiu, ficando em R$ 1.915,16. Comparado ao mês anterior, houve queda real de R$ 17,90 no salário médio de admissão, uma variação negativa em torno de 0,93%.

Os números mostram que, no mês de dezembro, os cinco grupamentos de atividades econômicas apresentaram saldo negativo. O setor de serviços teve a maior perda, com redução de 188.064 postos.

Na sequência, vem o setor da indústria geral, com menos 114.246 postos, com a maior queda na indústria de transformação (-112.992 postos). A construção ficou com saldo negativo de 74.505 postos, a agropecuária, com menos 36.921 postos e o comércio, com 17.275 postos a menos.

INTERMITENTE

Em dezembro, o novo Caged registrou 24.333 admissões e 16.843 desligamentos na modalidade de trabalho intermitente, gerando saldo de 7.490 empregos e envolvendo 5.435 estabelecimentos contratantes.

Um total de 175 empregados celebrou mais de um contrato na condição de trabalhador intermitente.

"Do ponto de vista das atividades econômicas, o saldo de emprego na modalidade de trabalho intermitente distribuiu-se por serviços (+4.893 postos), comércio (+2.510 postos), construção (+205 postos), agropecuária (-3 postos) e indústria (-115 postos)", informou o ministério.

Quanto ao trabalho em regime de tempo parcial, houve 11.674 admissões e 23.886 desligamentos, gerando saldo negativo de 12.212 empregos e envolvendo 5.532 estabelecimentos contratantes.

Um total de 33 empregados celebrou mais de um contrato em regime de tempo parcial.

Do ponto de vista das atividades econômicas, o saldo de emprego em regime de tempo parcial foi negativo nos setores de serviços (-7.933 postos), na indústria (-3.819 postos), na construção (-301 postos) e na agropecuária (-192). O único setor que registrou saldo positivo foi o comércio, que gerou 33 postos.

REESTRUTURAÇÃO

Em entrevista coletiva para comentar os resultados do Novo Caged, o ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, atribuiu a queda no volume de empregos à reforma trabalhista realizada pelo governo do presidente Michel Temer, em 2017. A reforma promoveu uma mudança significativa na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), com a implementação de novas modalidades de contrato, como o trabalho intermitente.

De acordo com Marinho, houve uma queda na fiscalização, o que precarizou os contratos trabalhistas.

O ministro falou ainda sobre o fortalecimento das negociações trabalhistas, do papel dos sindicatos e da negociação coletiva como tarefas para o resgate da qualidade do trabalho. "Isso aqui é fundamental. Vamos voltar a falar de novo em fortalecer, valorizar e retomar a negociação coletiva. Vamos promover a valorização do mercado de trabalho. Isso vai impactar a qualidade de trabalho para o futuro", disse Marinho. "Estamos falando da reestruturação de todo o papel do Ministério do Trabalho", acrescentou.

REGIÕES

Em junho, as 27 unidades federativas fecharam o mês com saldo negativo de empregos. Os destaques são: São Paulo, onde houve perda de 151.474 postos (-1,13%); Minas Gerais, com menos 45.761 postos (-1,01%); e Santa Catarina, com menos 39.268 postos (-1,64%).

Entre as regiões, o Sudeste fechou fevereiro com menos 212.362 postos. Na sequência vêm o Sul, com menos 102.993 postos; o Nordeste, com menos 52.018 postos; o Centro-Oeste, com menos 35.740 postos; e a Região Norte, com menos 27.143 postos.

CÂMARA

Lira: reforma tributária tem prioridade

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), afirmou ontem que a intenção do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) é dar prioridade à abertura da discussão sobre a reforma tributária e votar o tema em até três meses. Já o debate sobre a âncora fiscal substituta do teto de gastos deve ser aberto em um segundo momento e ainda não tem prazo para passar por deliberação.

Segundo Lira, o prazo para a reforma tributária foi definido para dar tempo aos parlamentares reabrirem as discussões sobre o tema, em conversas com gestores públicos e empresários.

"A intenção do ministro da Economia é que a gente —em um mês, dois, dois e meio— (consiga) revisitar os assuntos, discutir os temas, aproximar os novos parlamentares do assunto, revisitar municípios, estados, administração pública e empresários, para que nós tenhamos, com uma base consolidada de apoio, essa votação em dois e meio ou três meses", disse Lira à GloboNews.

O presidente da Câmara contou que fez "acordos políticos" durante o processo eleitoral e buscou se aproximar do presidente do MDB, deputado federal Baleia Rossi (MDB-SP), autor de uma das propostas de reforma tributária no Congresso Nacional.

Uma das ideias gestadas na Câmara é aproveitar a PEC (proposta de emenda à Constituição) da reforma tributária de Baleia, a 45, já que o texto foi construído junto com o economista Bernard Appy, que hoje integra a equipe econômica do ministro Fernando Haddad (Fazenda).

"No que eu entendi da intenção do governo: primeiro [será priorizada] a reforma tributária e depois [o Executivo enviará] a âncora fiscal no prazo definido pela PEC", completou.

O discurso de Lira reforça declarações de Haddad, que já vinha falando que a reforma tributária pode ser votada até abril e, por outro lado, não tem falado em estimativas de votação para o novo arcabouço legal para as contas públicas.

ROMBO

Americanas começa demissões no Rio e em Porto Alegre

A Americanas, uma das maiores varejistas do país, que entrou em recuperação judicial no último dia 19, começou ontem os cortes de pessoal.

A reportagem apurou que as demissões começaram no Rio de Janeiro, sede da companhia, que foi fundada em 1927 por imigrantes americanos. A próxima etapa deve ser São Paulo, onde está concentrado o maior número de lojas e CDs (centros de distribuição) da varejista.

Os cortes, neste primeiro momento, devem envolver funcionários indiretos, mas também serão estendidos ao pessoal contratado em regime CLT.

Em outras praças, onde existem menos pontos de venda, como em Porto Alegre, por exemplo, as demissões já atingem funcionários com menos de um ano de casa.

CNC

Intenção de Consumo das Famílias é maior desde início da pandemia

A Intenção de Consumo das Famílias (ICF) atingiu 91,2 pontos em janeiro, uma alta de 1,3% na comparação com o mês anterior e o maior nível desde abril de 2020, logo após o início da pandemia de Covid-19. Os dados foram divulgados ontem pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC).

O levantamento aponta que os consumidores com renda de até dez salários mínimos estão mais dispostos a gastar, com aumento de 1,9% na intenção de consumo em relação a dezembro e de 25,7% na variação anual.

De acordo com a CNC, o otimismo reflete a ampliação do programa de transferência de renda do governo, com o pagamento mínimo de R$ 600 e incremento de R$ 150 por criança até seis anos.

Por outro lado, as famílias que recebem mais de dez salários mínimos mensais pretendem reduzir o consumo, com queda de 1% na intenção. A CNC aponta como motivos do pessimismo o aumento do preço dos serviços em geral, a perspectiva profissional e o acesso mais dificultado ao crédito.

A perspectiva de consumo foi o item que mais cresceu na comparação mensal, com alta de 2,7%, decorrente do arrefecimento da inflação. Na comparação anual, o ICF subiu 23,1% em janeiro, com destaque para a alta de 25,1% no índice perspectiva profissional.

RENDA ATUAL

Quanto à satisfação com a renda atual, houve avanço de 2% no indicador em janeiro, em relação a dezembro. Em relação a janeiro de 2022, a alta foi de 31,8%. Entre os entrevistados, 39% afirmaram que receberam o mesmo valor do ano passado, 35% relataram melhora da renda e 25,6% disseram que a renda piorou.

A proporção de endividados em 2022 cresceu mais no grupo de maior renda, mas a ICF se mantém otimista para essa faixa, com 107,7 pontos, uma variação anual de 15,1%.

No recorte por gênero, entre as mulheres a intenção de consumo subiu 3,3% na comparação mensal e 26% na variação, ficando em 91,4 pontos, ainda na zona de insatisfação. Para os homens, o ICF ficou em 96,2 pontos, um aumento de 2,7% em relação a dezembro e de 23,1% na comparação com janeiro de 2022.

TESOURO

Subsídios ficam em R$ 618 milhões

O Tesouro Nacional informou ontem que os subsídios de natureza financeira reduziram de R$ 634,6 milhões em 2021 para R$ 618,3 milhões em 2022 em valores correntes. Segundo o Tesouro, a queda desses subsídios ao longo do tempo é uma tendência, porque eles decorrem de "equalização de taxas de juros no âmbito do Programa de Sustentação do Investimento (PSI), em que não há mais contratação de novas operações desde 2015.

Os números constam do boletim bimestral do programa e descrevem o impacto fiscal das operações do Tesouro com o BNDES. A análise considera o custo de captação do governo federal e o valor devido pela União, e valores inscritos em restos a pagar nas operações de equalização de taxa de juros no âmbito do PSI.

O documento aponta que, por outro lado, subsídios creditícios do Tesourono âmbito do PSI e dos empréstimos ao BNDES aumentaram de R$ 2,0 bi em 2021 para R$ 3,5 bi no mesmo período de 2022.

Nota

SÃO PAULO ADIA MUDANÇA EM TRIBUTAÇÃO DE MEDICAMENTOS POR 30 DIAS

Após reuniões com representantes da indústria farmacêutica, a Secretaria da Fazenda e Planejamento de São Paulo prorrogou em 30 dias a aplicação dos novos preços de referência para tributação do setor. A alteração dos valores, inicialmente prevista para agosto 2022, já havia sido prorrogada para 1° de fevereiro. Agora, entrará em vigor a partir de 1º de março. "Neste período, a Sefaz-SP vai analisar as informações e os questionamentos apresentados pelo setor", diz a secretaria. O preço dos medicamentos deve subir duas vezes em 2023 em 15 estados que elevaram as alíquotas de ICMS ou os preços de referência para aplicação deste imposto. A mudança na tributação local irá se somar ao reajuste anual de preços autorizado a partir de 1º de abril para todo o país. No final de 2022, 12 estados elevaram as alíquotas de ICMS sobre diversos produtos, como forma de compensar o corte no imposto sobre combustíveis e energia elétrica.

Diário do Acionista
www.diariodoacionista.com.br
Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro
Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tels.: (21) 3556-3030 / 96865-1628-Claro
99539-3634-Vivo

São Paulo
Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação
CESAR FIGUEIREDO - Diretor | FELIPE SOARES - Diretor
PAULO DETTMANN - Editor Chefe | HAROLDO PAULINO - Diagramação
redacaodiariodoacionista@gmail.com
PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br
REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com
SERVIÇOS NOTICIOSOS: Folhapress e Agência Brasil
ANJ Associação Nacional de Jornais
ACESSE NOSSO SITE

Manhã Tarde Noite 29º 21º 85% 05:44 18:44 **VERÃO:** Sol com poucas nuvens. Pancadas de chuva à tarde e à noite.

MASSACRE YANOMAMI

TCU arquivou investigação e ignorou pedido de auditoria

O TCU (Tribunal de Contas da União) deixou em banho-maria por mais de um ano uma proposta feita por um ministro da corte e aprovada em plenário para fiscalizar a assistência oferecida pelo governo federal aos yanomamis.

O pedido havia sido enviado pelo ministro Vital do Rêgo, no dia 24 de novembro de 2021, à então presidente do TCU, Ana Arraes, aos demais ministros e à procuradora-geral de Contas, Cristina Machado.

A solicitação, no entanto, ficou parada até o último dia 25 de janeiro, quando a presidência da corte determinou a abertura imediata da auditoria, em parceria com a CGU (Controladoria-Geral da União).

Em 2021, Vital do Rêgo sugeriu ao tribunal que fizesse uma auditoria nas questões relacionadas à saúde e à segurança alimentar dos yanomamis e a incluísse no escopo de uma fiscalização sobre a extração ilegal de recursos minerais em terras indígenas.

"O que gostaria de compartilhar com este colegiado é uma profunda preocupação com o aumento da vulnerabilidade socioambiental dos povos indígenas no Brasil, diante das ameaças aos seus direitos territoriais, culturais, ambientais e à saúde, em especial no contexto do avanço da mineração, do garimpo, da grilagem e da derrubada florestal em suas terras", alegou o ministro, na ocasião.

Cerca de três meses depois, em março de 2022, Vital ainda determinou, em medida referendada em sessão plenária do tribunal, que a Segecex (secretaria-geral de controle externo do TCU) adotasse as medidas necessárias para a inclusão da auditoria no plano de fiscalização da corte.

A medida, porém, só foi tomada neste mês, seis dias após o Ministério da Saúde decretar emergência em saúde pública na Terra Indígena Yanomami, diante da crise sanitária da população. O processo encontra-se em fase inicial e não há peças públicas.

"A matéria levantada, já preocupante, tornou-se ainda mais urgente, onde ações efetivas e contundentes, por parte do Governo Federal, se fazem necessárias", disse o presidente do TCU, ministro Bruno Dantas.

O território yanomami sofre com o aumento da malária e com casos graves de desnutrição, que atinge 80% das crianças de até cinco anos. A ação do garimpo ilegal está no centro da crise atual.

Além de ignorar o pedido de autoria, o TCU arquivou, em 9 de agosto de 2022, um pedido feito pelo Ministério Público de Contas para que o tribunal avaliasse a atuação da Funai (Fundação Nacional dos Povos Indígenas) e da Sesai (Secretaria Especial de Saúde Indígena) na proteção das terras e na saúde do povo yanomami.

A representação teve como base reportagem da Folha que relatou que os yanomamis foram ameaçados e silenciados após um ataque de garimpeiros a uma aldeia em Roraima. A ação teria resultado em violências como um suposto estupro e morte de uma indígena de 12 anos.

Lula diz que 'desgraceira' o levou a assinar decreto para retirar garimpeiros

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) afirmou ontem que a situação de "desgraceira" vivida por indígenas o levou a assinar um decreto que determina a retirada de garimpeiros da Terra Indígena Yanomami.

Em seu discurso, Lula citou sua viagem a Boa Vista ao lado da ministra dos Povos Indígenas, Sônia Guajajara, no dia 21.

"O fato de ela ser ministra e o fato de a gente ter visitado lá em Roraima, uma terra yanomami, de ver a desgraceira que está acontecendo com aquele povo abandonado, fez com que ontem nós assinássemos um decreto para definitivamente tirarmos os garimpeiros das terras indígenas deste país", disse.

A declaração foi dada durante cerimônia no Palácio do Planalto para assinaturas de decretos que criam o Conselho de Participação Social e o Sistema de Participação Social Interministerial. Também participaram do evento a primeira-dama, Janja da Silva, e o ministro da Secretaria de Governo, Márcio Macêdo.

Na segunda-feira, Lula já havia prometido acabar com o garimpo em áreas indígenas.

"Vamos tomar todas as atitudes para tirar os garimpeiros ilegais e cuidar dos yanomamis. Resolvemos tomar decisão, acabar com a brincadeira, não vai mais ter garimpo. Não vai mais ter sobrevoo, barcaças com combustíveis", disse o presidente a jornalistas.

Na ocasião, Lula também assinou um decreto com medidas como o fechamento do espaço aéreo para aeronaves não autorizadas pela Aeronáutica, para fechar o cerco contra o garimpo na área yanomami.

O texto amplia o poder de atuação dos ministérios da Defesa, da Saúde, dos Povos Indígenas e do Desenvolvimento Social e Assistência Social, Família e Combate à Fome.

GOVERNADOR

O Ministério Público Federal (MPF) instaurou inquérito para apurar a responsabilidade cível do governo de Roraima, após as falas do governador do estado, Antonio Denarium, que declarou que os indígenas "têm que se aculturar e não podem mais ficar no meio da mata, parecendo bicho".

A afirmação ocorreu em entrevista à Folha de S.Paulo, *quando o governador respondia sobre os projetos na Terra Indígena Yanomami. De acordo com MPF de Roraima, as falas têm "potencial discriminatório", conforme previsto no Artigo 20 da Lei sobre Crimes de Preconceito de Raça ou de Cor.*

De acordo com o procurador Alisson Marugal, as declarações ofendem a imagem coletiva dos yanomami, rotulando-os como bichos, e expressam opinião depreciativa que implicaria que os indígenas não poderiam viver seu modo de vida tradicional.

DARIA TIRO EM LULA

Beneficiado por programa criado por Lula, Wallace cospe no prato onde comeu

O ministro-chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, Paulo Pimenta, repudiou, ontem, uma postagem em que o jogador de vôlei Wallace Souza, atleta do Sada Cruzeiro e campeão olímpico pela seleção brasileira, sugeriu "dar um tiro" no presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Wallace de Souza recebeu R$ 308 mil do Bolsa Atleta, programa de incentivo ao esporte criado em 2005 pelo então presidente Lula.

Na segunda-feira, o jogador publicou em sua conta oficial no Instagram uma fotografia portando uma espingarda calibre 12 e abriu para comentários dos seguidores. Um deles perguntou se o atleta "daria um tiro na cara do Lula com essa 12". O jogador fez, então, uma enquete sobre o comentário com a mesma pergunta. Em seguida, exibiu o comentário.

"Esta postagem foi feita pelo jogador de vôlei do @sadacruzeiro, e ex-atleta da seleção brasileira, Wallace Leandro em seu Instagram. Já acionei a AGU (Advocacia-Geral da União), e vamos tomar todas as providências necessárias. Não vamos tolerar ameaças feitas por extremistas e golpistas!", postou o ministro no Twitter.

Wallace é apoiador declarado do ex-presidente Jair Bolsonaro, com quem tem fotos publicadas e costuma se apresentar portando armas.

O clube do jogador manifestou-se após o ocorrido, repudiando a publicação de Wallace. "O Sada Cruzeiro lamenta profundamente a publicação realizada pelo nosso atleta Wallace e o seu conteúdo.

SUSPENSÃO

No final da tarde, o clube divulgou uma nova nota informando que Wallace será punido, a partir de hoje com afastamento e uma suspensão por tempo indeterminado, conforme está previsto em seu contrato.

A Comissão de Combate às Discriminações da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj) informou que deve denunciar Wallace Leandro de Souza pelo crime de incitação à violência.

VOTAÇÃO NA CÂMARA

Lira e governo atuam para acalmar PV e União Brasil

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) atuaram ontem para estancar um princípio de rebelião que poderia ameaçar acordos firmados pelo deputado para assegurar sua recondução ao comando da Casa, além de ampliar rachas na base do petista no Congresso.

As disputas paralelas também poderiam comprometer a eleição do nome de Lira para a vaga de ministro do TCU (Tribunal de Contas da União), o deputado Jhonatan de Jesus (Republicanos-RR).

Em busca da reeleição, Lira fechou acordo com uma ampla gama de partidos que vão do PL de Jair Bolsonaro ao PT de Lula, passando por legendas do centrão, como Republicanos, e de centro-direita, como União Brasil.

Enquanto a recondução de Lira deve ocorrer com votação expressiva, a eleição de dois outros cargos na mesa teve nós que o presidente da Câmara e o governo precisaram desatar na véspera da eleição.

Um deles, na União Brasil, seguia sem desfecho até a noite desta terça-feira. Pelas negociações, o partido ficaria com a primeira secretaria e indicaria o nome do presidente da legenda, Luciano Bivar (PE), para o posto.

A União Brasil, no entanto, enfrenta um racha desde a vitória de Lula ante Bolsonaro. Bivar articulou para que a legenda se aproximasse do governo, apesar de parte da bancada expressar oposição ao petista.

Apesar das resistências internas, a União Brasil emplacou três ministros na Esplanada: Juscelino Filho (MA), nas Comunicações, e Waldez Góes (licenciado do PDT), na Integração --que são apontados como indicação do senador Davi Alcolumbre (AP)--, e Daniela do Waguinho (RJ), no Turismo.

Bivar também tentou boicotar a recondução de Elmar Nascimento (BA) na liderança do partido na Câmara ao apoiar o deputado Pedro Lucas Fernandes (MA), mas não teve sucesso.

Por causa dessas ações, ala da legenda articulou o lançamento do deputado Mendonça Filho (PE) para concorrer com Bivar pela vaga na primeira secretaria. Parlamentares de partidos de centro indicaram que, se isso ocorresse, havia chances de Mendonça Filho ganhar.

O próprio presidente da Câmara, Arthur Lira, porém entrou em campo nesta terça para dissuadir Mendonça da ideia de se candidatar. Na avaliação de integrantes da União Brasil, Lira quer evitar desarranjos no dia da sua eleição. Além disso, Mendonça é de uma ala da legenda distante do governo e sua eleição poderia representar entraves para aliados de Lula na Câmara.

NO SUS

Tarcísio sanciona lei que permite distribuir cannabis medicinal

O governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) sancionou na tarde desta terça-feira a lei que prevê a distribuição de produtos à base de canabidiol (CBD), substância derivada da Cannabis, no SUS (Sistema Único de Saúde) em São Paulo.

A lei foi aprovada na Alesp (Assembleia Legislativa de São Paulo) em dezembro de 2022, após três anos de tramitação do projeto. Após a aprovação, um abaixo-assinado com 40 mil assinaturas e uma carta da OAB-SP em defesa da proposta pressionaram pela sanção.

"São Paulo estará na vanguarda ao fornecer os medicamentos à base da Cannabis pelo SUS para diversas patologias. Serão muitas famílias beneficiadas", celebrou França, por meio das redes sociais. O deputado disse ainda que a lei é uma vitória, principalmente para pessoas diagnosticadas com autismo e síndromes raras, além de epilépticos e idosos com Parkinson.

Quando o projeto (PL 1.180/2019) foi aprovado na Alesp, o deputado estadual Caio França (PSB), um dos autores da proposta, ressaltou a necessidade de zerar as demandas judiciais sobre acesso à maconha medicinal. E lembrou que, apesar da possibilidade de importação, o acesso a extratos e óleos de canabidiol continua restrito à grande maioria da população, visto que esbarra em alto custo e burocracia.

O número de ações judiciais que buscam obrigar o estado de São Paulo a fornecer produtos derivados de Cannabis cresceu quase 18 vezes (cerca de 1.750%) em quatro anos, passando de 8, em 2015, para 148, no primeiro semestre de 2019.

Assim, o objetivo da nova lei é democratizar o acesso, em especial às famílias mais carentes, sem a necessidade de recorrer à Justiça para ter garantido o direito à saúde.

A lei é de responsabilidade da Secretaria Estadual de Saúde, que definirá as competências em cada nível de atuação por meio da criação de uma comissão de trabalho para implantação das diretrizes, com a participação de técnicos e representantes de associações sem fins lucrativos de apoio e pesquisa e de entidades representativas de pacientes.

MONITORAMENTO

SP vai instalar câmeras com reconhecimento facial na cracolândia

O vice-governador de São Paulo, Felício Ramuth (PSD), disse em entrevista à reportagem que serão instaladas 500 câmeras com inteligência artificial, o que inclui o reconhecimento facial, na região da cracolândia, no centro de São Paulo. A previsão de entrega é até o fim de junho. As imagens serão analisadas pela polícia e integrantes da prefeitura e do governo estadual em tempo real em um centro de monitoramento construído em 2014 para a Copa do Mundo no Brasil.

A gestão do prefeito Ricardo Nunes (MDB) chegou a abrir um pregão para comprar câmera com esse tipo de tecnologia em dezembro do ano passado, mas o edital foi suspenso após ação movida por Ministério Público, Tribunal de Contas do Município e deputados estaduais. Questionado sobre a polêmica da medida, o vice-governador citou as câmeras nos uniformes dos policiais militares.

O fim da medida chegou a ser anunciado por Tarcísio de Freitas (Republicanos) durante a campanha, mas ele voltou atrás após eleito.

"Se você é a favor de usar a câmera no peito do policial, você é a favor de usar câmera no poste para fiscalizar os policiais. Essas câmeras também vão identificar alguém que está sendo procurado pela Justiça", disse.

Nota

MP PASSA MÃO NA CABEÇA DE ALUNA DA USP QUE ROUBOU COLEGAS

O Ministério Público emitiu parecer contrário à prisão preventiva da estudante de medicina da USP Alicia Dudy Muller Veiga, 25, acusada de desviar quase R$ 1 milhão do fundo de formatura da sua turma. A investigação do caso foi conduzida pelo 16º DP, que concluiu o inquérito policial e a indiciou por apropriação indébita. No entanto, na avaliação da Promotoria, a estudante cometeu o crime de estelionato. "Diferentemente do que ocorre na apropriação indébita, no estelionato a lei exige representação criminal dos ofendidos para oferecimento de denúncia contra a autora dos fatos", afirmou o Ministério Público, em nota. Por isso, foi determinado que o inquérito retorne à delegacia para que seja colhida a representação criminal das vítimas em desfavor da averiguada. A medida, diz a MP-SP, visa discriminar "de forma individual o prejuízo suportado para cada uma delas". O pedido de prisão preventiva de Alicia havia sido contestado pela defesa que alegou em nota que fundamentos apresentados para o pedido são vagos.

Casa da Praia Imóveis Ltda.

CNPJ/ME nº 31.355.571/0001-72 - NIRE 33.2.0159294-8

Extrato do Distrato Social

Por este instrumento particular, os sócios representando a totalidade do capital social da Casa da Praia Imóveis Ltda., com sede e administração no Rio de Janeiro/RJ, de comum acordo e por unanimidade, deliberam a dissolução, liquidação e extinção da Sociedade: 1. Considerando que as operações da sociedade foram encerradas, todos os passivos foram liquidados e os ativos realizados, os sócios aprovam a dissolução, liquidação e extinção da sociedade neste ato, com base no balanço patrimonial de 28/12/2022. 2. Para tal finalidade, os sócios aprovam a distribuição de lucros sociais registrados no balanço patrimonial de 28/12/2022, após a absorção de prejuízos acumulados, no valor total de R$ 1.295.978,31, aos sócios, com observância da proporção das respectivas participações no capital social. 3. O saldo remanescente de caixa da sociedade, conforme o balanço patrimonial de 28/12/2022, totaliza o valor de R$ 1.471.336,55, e será distribuído aos sócios, com observância da proporção das respectivas participações no capital. 4. Aprovam que os pagamentos de lucros e haveres sejam feitos no menor prazo possível, e autorizam a administração a adotar todas as providências necessárias para tal finalidade e para a prática dos demais atos que se façam necessários à formalização da extinção da sociedade. 5. Fica, neste ato extinta a sociedade, cabendo a todos os sócios a responsabilidade por eventuais ativos ou passivos supervenientes que possam existir e à sócia Deila Silvana Alves Leiria Kiuchi a manutenção em boa guarda, pelo prazo legal, dos livros e documentos da sociedade. Nada mais. Rio de Janeiro, 28.12.2022. Francisco Maria Champalimaud Daun e Lorena pp. Deila Silvana Alves Leiria Kiuchi; Maria Cristina de Mello Champalimaud Lino pp. Deila Silvana Alves Leiria Kiuchi; Manuel Carlos de Mello Champalimaud; Espólio de José de Mello Champalimaud p. Antonia Lúcia Rodrigues Champalimaud (inventariante); Luis de Melo Champalimaud pp. Deila Silvana Alves Leiria Kiuchi; Marta Maria Alvim de Melo Champalimaud pp. Deila Silvana Alves Leiria Kiuchi; Felipa Palhavã Champalimaud pp. Deila Silvana Alves Leiria Kiuchi; Joana Palhavã Champalimaud pp. Deila Silvana Alves Leiria Kiuchi; Sofia Palhavã Champalimaud Charters Monteiro pp. Deila Silvana Alves Leiria Kiuchi; Fundação D. Anna de Sommer Champalimaud e Dr. Carlos Montex Champalimaud pp. Deila Silvana Alves Leiria Kiuchi; Mafalda Maria Champalimaud Lino pp. Deila Silvana Alves Leiria Kiuchi; Mariana Champalimaud Lino Kendall pp. Deila Silvana Alves Leiria Kiuchi; Deila Silvana Alves Leiria Kiuchi. JUCERJA nº 00005289605 em 30.01.2023. Jorge Paulo Magdaleno Filho - Secretário Geral.

VERÃO: Sol com nuvens de manhã. Pancadas de chuva à tarde e à noite. Manhã Tarde Noite 37º 21º 85% 05:33 18:41

VIOLÊNCIA

Duas mil pessoas foram baleadas na região metropolitana do Rio

LÉO RODRIGUES/ABRASIL

O relatório do Instituto Fogo Cruzado referente ao ano de 2022 apontou que a zona norte da capital fluminense concentrou 38% do total de tiroteios mapeados no ano na região metropolitana do Rio de Janeiro. O levantamento, publicamente disponibilizado na íntegra, apresenta diversas segmentações dos dados. Revela, por exemplo, episódios envolvendo operações policiais, bairros mais afetados, recortes das vítimas por faixa etária e números de ocorrências envolvendo proximidades de unidades de ensino e de saúde.

O Fogo Cruzado surgiu inicialmente como um aplicativo desenvolvido pela Anistia Internacional e lançado em 2016 para monitoramento de tiroteios e seus impactos em centros urbanos. Foi sendo aprimorado, convertendo-se em uma plataforma capaz de reunir diversos indicadores sobre violência armada. Em 2018, o projeto passou a ter uma gestão independente e autônoma.

Atualmente, o trabalho é realizado em 49 municípios de três regiões metropolitanas: Rio de Janeiro, Recife e Salvador. Com o objetivo de fornecer informações que possam auxiliar o planejamento de políticas de segurança pública eficazes, o relatório anual apresenta um panorama com detalhes do monitoramento.

Os dados da região metropolitana do Rio de Janeiro aparecem no relatório divididos por seis localidades. Quatro são delas se referem à capital: zona norte, zona oeste, zona sul e centro. As outras duas são Baixada Fluminense – composta por 13 municípios como Belford Roxo, Duque de Caxias, Nilópolis, Nova Iguaçu e São João de Meriti – e Leste Metropolitano – que inclui Niterói, São Gonçalo, Itaboraí, Maricá e outros.

De acordo com o levantamento, houve 3.587 tiroteios na região metropolitana do Rio de Janeiro em 2022, o que representa uma média de dez por dia. Os dados apontam uma queda de 23% em relação a 2021, quando houve uma média de 13 registros diários.

Resultaram em mortos ou feridos 45% dos tiroteios mapeados. Ao todo, 2 mil pessoas foram baleadas: 984 morreram e 1.016 ficaram feridas. Na média, 166 pessoas foram baleadas por mês. Na comparação com 2021, houve uma queda de 9% no número de mortos. A quantidade de feridos ficou estável.

Tiroteios ocorridos durante ações ou operações policiais em 2022 representaram 35% do total. Foi registrada a morte de 67 agentes de segurança pública baleados em serviço, e 44 ficaram feridos. Outros 52 óbitos e 33 vítimas feridas foram contabilizados envolvendo profissionais fora de serviço, aposentados ou exonerados. Na comparação com 2021, houve queda de 18% no número de agentes mortos.

O mapeamento também contabilizou 109 atingidos por balas perdidas em 2022, dos quais 26 morreram. Em praticamente 60% dos episódios, as vítimas foram baleadas durante ações ou operações policiais.

Além de concentrar 38% do total de tiroteios, a zona norte do Rio registrou o maior número de feridos. Já a Baixada Fluminense respondeu pelo maior número de mortes: foram 302, pouco mais de 30% do total mapeado.

No recorte por bairros, os três mais afetados por tiroteios estão na cidade do Rio de Janeiro: Praça Seca (73 ocorrências), Maré (67) e Vila Kennedy (65). Em outros municípios, o bairro Olavo Bilac, em Duque de Caxias, foi o que contabilizou mais episódios. Nos registros de mortes causadas por disparos de armas de fogo, despontam três bairros da capital: Penha (34), Maré (25) e Complexo do Alemão (19).

RECIFE E SALVADOR

O relatório também traz informações sobre municípios de Pernambuco e Bahia. Na região metropolitana do Recife, foram contabilizadas 1.307 mortes por disparos de arma de fogo, o maior número já registrado desde que o Instituto Fogo Cruzado começou a operar no estado, em 2018. Na Bahia, os dados também revelaram uma alta letalidade. No segundo semestre de 2022, a região metropolitana de Salvador contabilizou 499 óbitos causados por arma de fogo. Na média, significa 83 ocorrência por mês, quase três por dia.

BRIGA POR TAIWAN

General americano prevê guerra com a China em 2025

Os Estados Unidos e a China travarão uma guerra em 2025, provavelmente devido a uma tentativa de Pequim de tomar à força a ilha autônoma de Taiwan, que considera sua.

A previsão seria vista como mero alarmismo de interessados em maiores orçamentos de defesa, mas foi feita por um importante general americano em um documento estrategicamente vazado, causando grande agitação nos meios militares em Washington e Pequim.

"Eu espero estar errado. Mas meu instinto diz que nós vamos lutar em 2025", escreveu em um memorando supostamente interno o chefe do Comando de Mobilidade Aérea dos EUA, general Mike Minihan. O texto emergiu em redes sociais e foi validado pelo site The Drive com a Força Aérea, que confirmou sua autenticidade.

Minihan usa termos duros. Diz que o líder chinês, Xi Jinping, "assegurou seu terceiro mandato e montou seu conselho de guerra em outubro de 2022". "As eleições presidenciais em Taiwan são em 2024, e darão a Xi uma razão. As eleições nos EUA são em 2024 e oferecerão ao Xi uma América distraída. O time de Xi, suas razões e oportunidades estão todas alinhadas para 2025".

O militar, que comanda toda a frota de transporte e reabastecimento aéreo dos EUA, pediu que seu pessoal esteja pronto para a guerra. Sugeriu inclusive que eles visitem "campos de tiro" para treinar. "Mirem a cabeça", escreveu.

O vazamento ocorreu na sexta-feira. No domingo passado, um influente deputado republicano saiu em defesa da conclusão do general. "Eu também espero que ele esteja errado, mas eu penso que ele está certo, infelizmente", afirmou à Fox News Michael McCaul, presidente do poderoso Comitê de Assuntos Exteriores da Câmara.

Eu já disse que as vulnerabilidades econômica e política da China fazem tal conflito improvável, mas quando um general de quatro estrelas e um dos poucos políticos que eu de fato respeito falam algo assim, sou compelido a rever meu pensamento", escreveu George Friedman, um dos principais formuladores de geopolítica dos EUA no site de sua consultoria, a Geopolitical Futures.

"Que ambos digam a mesma coisa, mais importante, sugere para mim que alguém em Washington os informou sobre o assunto", disse. Ele segue, por ora, com sua previsão de que não haverá guerra porque ela não seria do interesse de ninguém.

Em favor dessa leitura está a reaproximação entre Xi e Joe Biden, que se encontraram no fim do ano passado, e a abertura de canais de diálogo entre as duas potências. Ao mesmo tempo, o chinês mantém uma retórica mais agressiva para seu público interno, pedindo prontidão para guerras.

Biden pode não estar mais na Presidência em 2025, o que embaralha um pouco o jogo de adivinhação -seu antecessor, o republicano Donald Trump, lançou a Guerra Fria 2.0 contra a ascensão da China sob Xi em 2017.

Mas os fatores objetivos estão colocados: ambas as maiores economias do mundo estão sob um período de estresse, mas analistas apontam que o caso chinês é mais complexo por envolver não uma queda cíclica, mas provavelmente estrutural.

Do lado do Partido Democrata, de Biden, houve ceticismo. "Fico preocupado quando qualquer pessoa começa a dizer que a guerra com a China é inevitável. Generais deveriam ser mais cautelosos com o que dizem", afirmou o ex-chefe do Comitê dos Serviços Armados da Câmara americana, Adam Smith, à mesma Fox News.

Na China, analistas viram no vazamento um recado contra a eventual invasão de Taiwan. "Parece que os militares americanos estão usando esses alertas para declarar sua posição dia após dias: se a China pretende atacar taiwan, então os americanos devem reagir com intervenção militar", disse o professor Zhu Feng (Universidade de Nanjing) ao jornal South China Morning Post.

Para ele, há um problema prático: "Tais alertas podem encorajar pilotos americanos a serem mais agressivos quando encontrarem seus colegas chineses nas linhas de frente, aumentando o risco de conflitos".

PESHAWAR

Atentado a mesquita no Paquistão deixa ao menos 100 mortos

O número de mortos em um atentado a uma mesquita em Peshawar, no Paquistão, subiu 100 pessoas ontem, um dia depois do incidente -há ainda ao menos 221 feridos. O ataque, realizado por um homem-bomba, levou parte do edifício a colapsar e soterrar muitas das cerca de 300 a 400 pessoas presentes no local no momento da explosão.

Equipes de emergência continuaram vasculhando os escombros em busca de corpos ao longo da madrugada. O porta-voz da organização de resgate 1122, Bilal Ahmad Faizi, afirmou que seu time removerá a última parte do teto desabado nesta terça e, assim, terminar a tarefa. Ele afirmou, porém, que não há expectativa de encontrar sobreviventes.

A mesquita ficava em um complexo em Peshawar que abriga vários prédios oficiais, incluindo as sedes da polícia e do departamento de contraterrorismo. Segundo as autoridades, mais de 90% das vítimas eram policiais -eles estavam reunidos para as orações do meio-dia, tradicionais para os muçulmanos.

Ontem, 20 dos agentes foram sepultados após uma cerimônia religiosa. Os caixões foram enfileirados e cobertos com a bandeira paquistanesa.

Nenhum grupo reivindicou a autoria do ataque até agora. Um comandante do Tehreek-e-Taliban Pakistan (TTP), conhecido como o Talibã Paquistanês, chegou a assumir a responsabilidade por ele inicialmente. Horas depois, no entanto, um porta-voz do grupo negou envolvimento na explosão, alegando que a política do TTP não prevê ataques a mesquitas e outros locais de culto.

O grupo, formado por radicais que desejam substituir o atual governo por um regime islâmico linha-dura, tem realizado ataques cada vez mais constantes desde que pôs fim a uma espécie de acordo de paz facilitado pelo Talibã afegão no ano passado.

PORTO DO RIO

778 kg de cocaína em carga de minério ferro

DOUGLAS CORRÊA/ABRASIL

A Receita Federal do Brasil apreendeu ontem 778 quilos de cocaína escondida no meio de uma carga de minério de ferro no Porto do Rio de Janeiro. A droga tinha como destino Luxemburgo (pequeno país da Europa Ocidental que faz fronteira com França, Alemanha e Bélgica) e foi encontrada pelos cães farejadores Hannah e Vamp, que identificaram contaminação do contêiner.

O trabalho de fiscalização foi realizado pela Divisão de Vigilância e Repressão ao Contrabando e Descaminho da Receita Federal na 7ª Região Fiscal, que envolve os estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo, e pela equipe de cães de faro. Esta é a primeira apreensão de cocaína da Receita Federal em 2023 em área portuária.

A droga será entregue à Polícia Federal para investigação das circunstâncias do crime em inquérito policial e para determinar quem era o dono da carga.

ÁFRICA

Papa visita o Congo em meio ao avanço evangélico no País

O papa Francisco desembarcou ontem na República Democrática do Congo, país de cerca de 100 milhões de habitantes no coração da África, para um pequeno giro pelo continente, onde também passará pelo Sudão do Sul.

A visita estava inicialmente prevista para o último mês de julho, mas teve de ser adiada devido às dores no joelho do líder da Igreja Católica, que tem usado uma cadeira de rodas para se locomover, e também à intensificação da violência em Goma, cidade no nordeste congolês.

Trata-se da 40º viagem internacional de Francisco, o primeiro papa latino-americano da história, e também a primeira visita de um pontífice ao país desde a ida de João Paulo 2º em 1985, época em que o país, hoje conhecido como RDC, ainda se chamava Zaire.

Calcula-se que metade da população local seja católica, mas Francisco visita o país em um momento de proliferação do segmento evangélico. À agência AFP o sociólogo Gauthier Muzenge Mwanza, da Universidade de Kishida, na capital, disse que o setor se expande, em parte, devido à crônica crise social e política que assola a RDC. O declínio do catolicismo teve início no regime de Mobutu Sese Seko, que comandou o país da década de 1960 até 1997. O ditador apoiou a entrada de pastores evangélicos como parte de um plano para enfraquecer a Igreja Católica, que à época denunciava violações de seu regime. A ida de Francisco também se insere em um momento de aumento dos episódios de violência no país, que assiste a guerras contínuas por disputas de minerais como coltan, usado em produtos eletrônicos, como aparelhos celulares. Mais recentemente, o ressurgimento do grupo armado M23, que conquistou amplas faixas territoriais na fronteira com a Ruanda, tem escalado casos de violência. Há ainda a presença de grupos terroristas como o Estado Islâmico (EI), que há duas semanas reivindicou o ataque a uma igreja pentecostal congolesa.

Nota

BRASILEIRO JARBAS BARBOSA ASSUME DIREÇÃO DA OPAS

O médico brasileiro Jarbas Barbosa assumiu ontem o cargo de diretor da Organização Pan-Americana da Saúde (Opas), para mandato até 2028. Barbosa sucede a Carissa F. Etienne, da Dominica, que liderava a organização desde 2012. Jarbas Barbosa foi eleito pelos Estados-membros da Opas em setembro de 2022, durante a 30ª Conferência Sanitária Pan-Americana, nos Estados Unidos. A ministra da Saúde, Nísia Trindade, chefiou a delegação brasileira que acompanhou a cerimônia. Em nota, os ministérios das Relações Exteriores e da Saúde destacam a escolha de Jarbas Barbosa.

Nota

DENUNCIADAS MULHERES ACUSADAS DE MATAR GUIA DE TURISMO NO RIO

A 3ª Promotoria de Investigação Penal Especializada do estado do Rio de Janeiro denunciou à Justiça Marcelly Andressa Damasceno de Albuquerque e Ana Claudia Pires Mazeto pelo crime de latrocínio (roubo seguido de morte) do professor e guia turístico Daniel Mascarenhas Xavier da Silva, de 31 anos. O crime ocorreu no último dia 10, depois que o guia deixou um grupo de turistas no tradicional bairro boêmio da Lapa, região central do Rio. O promotor de Justiça Alexandre Murilo Graça também requereu a conversão da prisão temporária das denunciadas em prisão preventiva. Daniel, além de guia de turismo, dava aulas de inglês e francês para brasileiros e de português para estrangeiros.

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA

MINISTÉRIO DA SAÚDE
GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 140/2022

A Pregoeira Debora Schmutzler Abrahão convida as empresas interessadas em participarem do Pregão Eletrônico nº. 140/2022 no dia 15/02/2023 às 10h00min. - Objeto: Aquisição de material médico-hospitalar (Bisturis e Lâminas, Cateteres Intravenosos e Lancetas),(BISTURI DESCARTÁVEL DE AÇO INOXIDÁVEL, ISENTO DE REBARBAS E SINAIS DE OXIDAÇÃO, PONTA AFIADA, CABO PROTETOR ANATOMICO EM PLÁSTICO, COM DISPOSITIVO DE SEGURANÇA DE ACORDO COM A NR 32 OU SUAS ATUALIZAÇÕES, EMBALAGEM INDIVIDUAL, Nº. 11, ESTÉRIL, CATETER DE PUNÇÃO INTRAVENOSA, DE ACESSO PERIFÉRICO, ATÓXICO, APIROGÊNICO, DISPOSITIVO COM ASA, ANTIDERRAPANTE, COM EXTENSÃO EM PVC e etc). Processo nº. 33409.003284/2022-76. O Pregão será realizado no site https://www.gov.br/compras/pt-br, onde o Edital está à disposição dos interessados.

Com o prazo de vinte dias O MM. Juiz de Direito, Dr.(a) Priscila Fernandes Miranda Botelho da Ponte - Juiz em Exercício, do Cartório da 17ª Vara Cível da Comarca da Capital, Estado do Rio de Janeiro, FAZ SABER aos que o presente edital com o prazo de vinte dias virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, que por este Juízo, que funciona a Av Erasmo Braga, 115 Corr C/SALA 210CEP: 20020-903 - Castelo - Rio de Janeiro - RJ Tel.: 31332375 e-mail: cap17vciv@tjrj.jus.br, tramitam os autos da Execução de Título Extrajudicial - CPC - Despesas Condominiais / Condomínio em Edifício, nº 0187008-20.2020.8.19.0001, requerida por CONDOMINIO DO EDIFICIO AMAZONIA; LEONARDO MACHADO DA SILVA, em face de JAIR PEREIRA, alegando em síntese o seguinte: «CITAÇÃO». Assim, pelo presente edital, CITA o executado JAIR PEREIRA, que se encontram em lugar incerto e desconhecido, para no prazo de 3 (três) dias, contados da citação (Artigo 829, Caput), efetuarem o pagamento da quantia de R$ 7.818,33 (sete mil, oitocentos e dezoito reais e trinta e três reais) já acrescidos de honorários advocatícios fixados de plano (10%), por força do art. 827 do CPC, ficando ciente de que: a) caso não efetue o pagamento naquele prazo, ocorrerá a penhora e avaliação de bens (Art. 829 e parágrafo 1º do CPC); b) poderá oferecer embargos no prazo de quinze dias úteis após a juntada do mandado de citação aos autos (Art.915, do CPC) através do Portal de Serviços, conforme Art. 31-A da Consolidação Normativa, pena de inadmissibilidade; c) no caso de integral pagamento no prazo de três dias, a verba honorária será reduzida pela metade (Art. 827, parágrafo 1º do CPC), autorizado a proceder o arresto de bens para garantir a execução, bem como, em havendo suspeita de ocultação, realizar a citação com hora certa, certificando pormenorizadamente o ocorrido. Dado e passado nesta cidade de Rio de Janeiro, aos três dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e dois. Eu, Marcos Antonio Vargas - Técnico de Atividade Judiciária - Matr. 01/30933, digitei. E eu, Marceli da Silva Argento - Responsável pelo Expediente - Matr. 01/31466, o subscrevo